

## ELITES LETRADAS LUSO-BRASILEIRAS E O DISCURSO HISTÓRICO NA BAHIA SETECENTISTA

Bruno Casseb Pessoti  
Mestrando em História Social pela UFBA  
[bcpessoti@yahoo.com.br](mailto:bcpessoti@yahoo.com.br)

**Resumo:** O artigo tem a intenção de discutir a importância cultural e política de uma academia literária e científica fundada na Bahia em 1759 – Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos – e seu papel de centro de sociabilidade intelectual da América Portuguesa. A academia se dedicou à produção de obras relacionadas a diferentes temáticas e se conformou como local utilizado pelas elites locais para enaltecer a legitimidade da soberania portuguesa no continente americano ao tempo em que era utilizada como plataforma para reivindicação de mercês.

**Palavras-chave:** Academia, Bahia, século XVIII.

**Résumé :** L'article a l'intention de discuter l'importance culturelle et politique d'une academie litteraire et scientifique fondée à Bahia en 1759 – Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos – et son rôle de centre de sociabilité intellectuelle de l'Amérique Portugaise. L'académie s'est dédiée à la production d'oeuvres relacionées à des diferentes sujets et s'est conformée comme place utilisée pour les elites locaux pour exalter la légitimité de la souveraineté portugaise au continent américain et aussi comme plate-forme pour revendiquer faveurs.

**Mots-clés:** Académie, Bahia, XVIIIème siècle.

Aos 13 de maio de 1758, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo foi nomeado Conselheiro do Ultramar na Bahia, chegando àquela capitania a 27 de agosto do mesmo ano. Mascarenhas além de ter sido encarregado, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, de expulsar os jesuítas da colônia, trazia consigo outras duas incumbências: criar o Conselho de Guerra e Estado, a ser presidido pelo Vice-Rei do Brasil, e o Conselho da Mesa de Consciência, que ficaria sob a tutela do arcebispo primaz da colônia.<sup>1</sup> José Mascarenhas era homem de confiança de Pombal, e pelas atribuições a ele conferidas, identificamos as tentativas metropolitanas de estender as

---

<sup>1</sup> LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1923, pp. 9-10.

malhas de subordinação colonial. Um controle mais efetivo é o objetivo a serviço do qual trabalha a burocratização característica da ilustração despótica pombalina.<sup>2</sup>

Para auxiliar Mascarenhas em sua missão, foram enviados também os comissários Antônio de Azevedo Coutinho e Manuel Estevão de Almeida Vasconcelos Barberino, uma vez que a incumbência de criar dois Conselhos, até então inéditos em terras brasílicas – isso para não mencionar a expulsão dos jesuítas – não seria tarefa tão simples.

Pois este distinto trio chega à Bahia sob a influência de um movimento intelectual que vinha se expandindo por toda a Europa e que aportara em Portugal entre fins do século XVII e meados do XVIII: a criação de academias científicas.<sup>3</sup> Sob os auspícios da Ilustração, estes centros de estudos e pesquisas vinham se encarregando de produzir conhecimento, e de difundi-lo, a serviço do absolutismo monárquico. Robert Darnton adverte que estes grêmios, quando estabelecidos em França, objetivavam expandir a influência do Estado para a vida intelectual das províncias.<sup>4</sup> Na metrópole portuguesa são prova disso as ações da Real Academia de História Portuguesa e da Academia Real das Ciências de Lisboa, a primeira fundada em 1720, a segunda em 1779.<sup>5</sup> Não advirá apenas de Portugal, a bem da verdade, a influência para a criação das academias que terão o Brasil por palco durante o período colonial, sendo, contudo, evidente, sua preponderância.<sup>6</sup>

Não podemos deixar de considerar o controle exercido sobre a colônia que perpassava as amplas esferas política e econômica se manifestando em aspectos da vida cotidiana. O perigo que representava para a administração metropolitana a livre circulação de idéias fazia com que a Coroa adotasse práticas exclusivistas também no que concerne à produção intelectual. Os livros não poderiam ser impressos por aqui, devendo sua editoração e publicação ser levada a cabo em Portugal.

Mesmo com toda sorte de impedimentos e sob a vigilância cerrada da censura, durante o vice-reinado de D. Marcos de Noronha Brito (1755-1760), sexto Conde dos Arcos, José Mascarenhas funda, precisamente em 1759, a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos. O nome fazia apologia a um outro grêmio, fundado também na Bahia, nos idos de 1724, a Academia Brasílica dos Esquecidos. Não poderia, desta forma, ser o grêmio *renascido* melhor representado do que pela imagem mitológica da

---

<sup>2</sup> KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo, Hucitec, 2003, p. 119.

<sup>3</sup> Para maiores informações ver PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

<sup>4</sup> DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991, pp. 264-265.

<sup>5</sup> PALMA-FERREIRA, op cit., capítulos I e II.

<sup>6</sup> KANTOR, op cit., pp. 42-43.

ave que ressurgia de suas próprias cinzas, a Fênix. Esquecidos e Renascidos foram marcadas pela efemeridade – nenhuma delas chegou a completar um ano de atividades – e por se situarem historicamente entre as produções de dois grupos que alcançaram maior mérito literário: os poetas seiscentistas, de que a maior expressão foi Gregório de Matos, e a plêiade mineira que protagonizou, em fins de século XVIII, a Inconfidência.<sup>7</sup>

Aos 6 de junho de 1759, data da solenidade inaugural, estavam presentes na Igreja dos Carmelitas Calçados de Salvador “pessoas eclesíasticas e seculares da principal nobreza da Bahia.”<sup>8</sup> Esta na verdade não fora a primeira reunião. Em 19 de maio, José Mascarenhas reuniu em sua casa os intelectuais que fundariam a Academia dos Renascidos,<sup>9</sup> e a 2 de junho, em uma segunda reunião, agregou 37 acadêmicos – e estipulou o número limite de 40 numerários – dando início à academia já composta por um corpo permanente. O Visconde de São Leopoldo informa, em um documento copiado de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa,<sup>10</sup> que a fundação da academia, pelos intelectuais, objetivava materializar “um perpétuo padrão de sua alegria, e de seu afeto à real amabilíssima pessoa de S. M. F.”<sup>11</sup> por sua pronta recuperação, depois de estar gravemente enfermo. Esta foi, sem dúvida, uma das justificativas para o estabelecimento da academia, de que o servilismo áulico e laudatório, presentes em suas poesias, é a prova cabal. Não nos parece, contudo, suficiente para explicar-lhe a gênese, se levados em consideração os anseios de seus fundadores e as propostas descritas em seus estatutos.

Estabelecida, a Academia dos Renascidos deveria se dedicar a escrever a história universal “eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar”<sup>12</sup> da América Portuguesa. Este deveria ser seu principal, e não único objetivo. Segundo Pedro Calmon,<sup>13</sup> os acadêmicos objetivavam que a iniciativa insuflasse a criação de outros núcleos da mesma natureza, em diferentes partes da colônia, com quem manteriam contatos e intercâmbios intelectuais constantes.

Os assuntos das dissertações versavam sobre uma variada gama de ciências e disciplinas, sempre atinentes a matérias concernentes à idiosincrasias da América

---

<sup>7</sup> CANDIDO, Antônio. *Letras e idéias no Brasil colonial*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol.2, tomo 1. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980, pp. 91-95.

<sup>8</sup> LAMEGO, op cit., p. 21.

<sup>9</sup> LAMEGO, op cit., p. 10.

<sup>10</sup> INSTITUTO Histórico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº45, 1882, p. 47.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>12</sup> Para os Estatutos da Academia dos Renascidos ver INSTITUTO, op. cit., pp. 49-67.

<sup>13</sup> CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1949, p. 64.

Portuguesa ou da metrópole. Peguemos como exemplo a sessão marcada para o dia 23 de julho, na qual dissertou-se sobre “Quais foram os motivos de se ausentar desta cidade da Bahia seu primeiro Bispo? E como acabou a vida?”.<sup>14</sup> Já para o encontro de 7 de julho, três sócios deveriam ter trazido dissertações concernentes à descoberta do salitre na América Portuguesa, as localidades nas quais se pode encontrá-lo e quem o encontrou.<sup>15</sup> Para o dia 21 de junho havia sido designado o debate sobre a veracidade ou não da existência de um peixe-agulha, em águas dos mares da Bahia, que compromete o costado dos navios.<sup>16</sup>

Os diferentes temas seriam tratados por acadêmicos previamente designados. Segundo o estatuto, cada assunto deveria ficar a encargo de, no mínimo, um acadêmico e, no máximo, sete. Nas sessões que se realizaram pelo ano de 1759, identificamos que cada tema foi contemplado por, no mínimo, três acadêmicos e, no máximo, sete.<sup>17</sup>

As obras poderiam ser escritas em latim, português, castelhano, italiano e francês. Foram fixadas datas para os quinze encontros subseqüentes. Estavam previstas, para 1759, duas reuniões em julho, duas em agosto, três em setembro, duas em novembro e outras duas em dezembro. Mesmo já havendo sido elaborada a programação para os primeiros meses de 1760 “é pouco provável que se tivesse efetuado todas as reuniões.”<sup>18</sup> Havia contudo algumas especificidades, como por exemplo, a obrigatoriedade de se escrever em português as ‘memórias históricas’, tarefa que depois de completada ocasionaria a confecção das obras concernentes à História Universal da América Portuguesa, compêndios que deveriam, por sua vez, ser escritos, obrigatoriamente, em latim. Observamos durante a pesquisa que a liberdade quanto à escolha do idioma se verificava, principalmente, no tocante à produção poética.<sup>19</sup>

No interior da academia havia uma divisão burocrática com cargos eletivos cuja duração era de um ano, passível de renovação, e com as funções bem definidas. Um diretor, cargo ao qual foi alçado José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, em caráter perpétuo, quatro censores, sendo que o primeiro ocuparia o cargo de vice-diretor, um secretário, que ocuparia também o cargo de chanceler e um vice-

---

<sup>14</sup> INSTITUTO Histórico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n°1, 1839, p. 92.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>17</sup> INSTITUTO, op. cit., 1882, pp. 52-54.

<sup>18</sup> LAMEGO, op cit., p. 49.

<sup>19</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820-22*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1969.

secretário. Para estas ocupações só poderiam ser eleitos os sócios numerários. Os sócios supranumerários deveriam se comprometer a escrever para a academia com uma periodicidade trimestral, fornecendo informações de seus estudos, empregos e tudo mais que parecesse “útil de ser avisado à Academia.”<sup>20</sup>

A Academia dos Renascidos tinha ainda um caráter social, uma vez que organizava festejos de variada natureza, alguns deles oficiais, bem como comemorações solenes das quais participavam diferentes segmentos sociais da Bahia setecentista. Além disso, qualquer pessoa que tivesse dúvidas concernentes a quaisquer assuntos poderia recorrer aos acadêmicos renascidos, pessoalmente, ou por carta.<sup>21</sup> Por um lado a composição da academia advinha das elites, intelectual, financeira e política, da colônia e da metrópole, por outro, estes abastados intelectuais organizavam celebrações públicas nas quais estavam presentes amplos setores da sociedade baiana do século XVIII. Entender as relações estabelecidas entre este grêmio e a diversidade cultural que marcava a população da capitania da Bahia à época de sua breve existência, instigou e influenciou sobremaneira a nossa pesquisa. Isso para não mencionar as possibilidades de discussão concernentes à sua produção histórica e literária.

As ações da Academia dos Renascidos, dedicadas à escrita de uma história geral da América Portuguesa, estão intimamente associadas à produção intelectual dos acadêmicos reunidos em torno da Academia dos Esquecidos (1724) – sediada também na Bahia – que por sua vez se atrela diretamente à fundação da Real Academia da História Portuguesa (1720). A confecção de obras de cariz histórico em Portugal remonta a uma tradição de séculos,<sup>22</sup> mas primordialmente levada a cabo de forma individualizada por cronistas, geralmente, designados pelas casas reais que pretendiam registrar e legar seus feitos à posteridade.<sup>23</sup> As academias aparecem em um contexto no qual havia uma premência latente no sentido de buscar no passado a legitimidade da soberania portuguesa.

Desde meados do século XVII franceses, espanhóis e, principalmente holandeses vinham questionando a precedência lusa na exploração de suas possessões coloniais fossem elas localizadas em terras asiáticas, africanas ou americanas. Os espanhóis relutavam, ainda, em reconhecer a autonomia do território português – conquistada em campo de batalha (1668) – no continente europeu,

---

<sup>20</sup> Instituto, op. cit., 1882, p. 66.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*, v. III. Lisboa, Verbo, 1974.

<sup>23</sup> Ibidem, pp. 39-51.

almejando o regresso das demarcações vigentes durante a União da Coroas Ibéricas. Diante de toda sorte de reivindicações, protestos, ações judiciais e mesmo militares que atentavam contra a soberania das possessões portuguesas a escrita da história – através de livros, dissertações e monografias que tinham como tema fatos históricos devidamente documentados e comprobatórios da legitimidade da soberania lusitana ‘aquém e além mar’ –, se configurou como uma alternativa que serviria para corroborar a autenticidade e a primazia da presença portuguesa nos locais em que ela se fazia presente.<sup>24</sup>

Assim, D. João V funda, em 1720, a Real Academia da Historia tendo como um de seus principais objetivos fazer frente a todas as contestações feitas à soberania lusitana por seus vizinhos. Deve-se levar em conta, que as colônias portuguesas despertavam a cobiça na Europa e um dos anseios das potências mercantes era poder entrar em contato com esses promissores mercados ultramarinos sem o intermédio imposto pelo exclusivo metropolitano. A Academia dos Renascidos pode ser vista, destarte, como uma resposta elaborada pelas elites locais à toda sorte de contestações que o domínio português vinha sofrendo em terras ultramarinas, desde meados do século XVII, no contexto setecentista de explosão da produção aurífera quando a atenção européia se voltava para as ricas terras brasílicas.

No ano de fundação da academia, Portugal estava envolvido na Guerra dos Sete Anos, pairando sobre os portugueses a ameaça premente de invasão de seu território metropolitano por espanhóis e franceses. As obras *renascidas* convergiam para cercar de legitimidade a colonização portuguesa no continente americano corroborando sua precedência quase tri-secular. A produção intelectual desempenha uma função política, associada aos interesses da Coroa portuguesa e das elites metropolitanas.

Não se pode desprezar, contudo, a estratégia das elites locais que compõem os quadros da academia de salvaguardar seus próprios interesses, que certamente seriam contestados no caso de uma invasão, ou da perda do exclusivo estabelecido de longa data com Portugal. Além disso, esta produção intelectual que se coadunava com os interesses metropolitanos, e que tinha o objetivo de ajudar a garantir a soberania portuguesa em terras americanas, seria utilizada também para que os membros das elites locais envolvidos no processo de construção da História Universal da América Portuguesa reivindicassem o atendimento de alguns de seus interesses. A academia se resignifica e de centro de sociabilidade intelectual das elites locais se

---

<sup>24</sup> KANTOR, op cit., pp. 45-87.

configura em uma plataforma na qual membros das elites luso-americanas podem se confrontar e entabular negociações atinentes a interesses individuais ou coletivos.

A centralização promovida por Pombal ocasionou embates entre os diversos grupos e estamentos nobiliárquicos envolvendo intelectuais, religiosos membros da administração colonial.<sup>25</sup> A academia era um espaço de sociabilidade em que estes conflitos ficavam escamoteados ou necessariamente se manifestavam de forma indireta. Se estes grupos pressionavam as estruturas do poder régio, parece lícito considerar a possibilidade de que a academia e sua produção se conformassem como elementos legitimadores das tensões e campo de embate, ao tempo em que praça de reivindicações.

Seria ingenuidade acreditar que os portugueses confiariam a manutenção de sua soberania à produção de obras históricas por membros das elites metropolitanas ou por academias que viessem a surgir em suas possessões coloniais. Mesmo incentivando a produção de trabalhos que zelassem pela legitimação da sua multi-secular presença em terras ultramarinas e no próprio continente europeu, os portugueses garantiam a manutenção de seu status de metrópole através de acordos diplomáticos firmados principalmente com a Inglaterra.<sup>26</sup> Esses acordos eram, a um só tempo, extremamente desvantajosos – do ponto de vista econômico – e a salvaguarda da soberania lusa – na medida em que transformavam os ingleses em aliados militares e comprometidos a intervir em caso de invasão dos territórios portugueses.

Considerando real a máxima segundo a qual os tratados diplomáticos são “papéis que o vento leva”<sup>27</sup> quando interesses estão em jogo, não há razão para acreditar que o mesmo vento não levasse outros papéis empilhados ou arrumados sob a forma de livros ou opúsculos. Ainda assim, há que se considerar a produção histórica como fator a auxiliar na criação de legitimidade e de autonomia – calcada na precedência – e na confirmação da tomada de posse e colonização das terras americanas por portugueses frente aos seus adversários diretos.

Para além da produção histórica a Academia dos Renascidos tinha uma proposta de potencializar o conhecimento e a exploração da América Portuguesa. É preciso ter em conta todas as transformações ocorridas durante o século XVIII, período que protagoniza a uma valorização renovada do poder prático e explicativo das ciências.<sup>28</sup> Podemos associar a proposta pombalina de transformar os rumos da

---

<sup>25</sup> MUTEAL, op cit., p. 15.

<sup>26</sup> FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal*. Lisboa, Gradiva, 1984.

<sup>27</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007, p. 93.

<sup>28</sup> SILVA, Wilton Carlos Lima. *As terras inventadas*. São Paulo, UNESP, 2003, p. 158.

economia portuguesa, aos anseios dos acadêmicos que almejam alçar a exploração das terras brasílicas a patamares ainda inéditos, pelo menos é o que inferimos das sugestões de estudo e dos estatutos elaborados pelos letrados luso-brasileiros.

A necessidade de controlar as regiões interiores que eram ainda parcamente conhecidas desempenharia uma dupla função. Evitava as contestações ao domínio luso confirmando a posse das mesmas, e abriria um leque novo de opções de produtos e terras ainda desconhecidos e por serem explorados. Possibilidades diretamente atreladas aos interesses das elites locais e que não se distanciavam dos anseios das elites metropolitanas.

Infelizmente grande parte destes planos de pesquisas e estudos teve que ser abortada precocemente e não poderemos acompanhar o reflexo prático das teorizações ensaiadas pelos letrados renascidos. A academia teve uma existência efêmera encerrando suas atividades poucos meses após a fundação. As obras e propostas de trabalhos elaborados ficam como seu legado para auxiliar no entendimento do stecentismo político, cultural e intelectual luso-brasileiro.

A última reunião *renascida* de que se tem notícia foi a de 10 de novembro de 1759, tendo a prisão de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo precipitado o fim dos encontros. Mascarenhas não levava adiante a empresa que havia motivado sua vinda para a colônia, a prisão e expulsão dos jesuítas. Pedro Calmon registra que diante de um temporal, durante a viagem que o trazia ao Brasil, “e à iminência de naufrágio,”<sup>29</sup> teria feito uma promessa de poupar os inacianos. Verdade ou não, o fato é que Mascarenhas se furta de levar sua missão adiante. Pela afronta foi encarcerado em uma fortaleza em Santa Catarina. A dependência em relação ao fundador e diretor perpétuo era tamanha que, pouco após sua prisão, as reuniões deixaram de acontecer.<sup>30</sup>

## Referências

- CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1949.
- CANDIDO, Antônio. Letras e idéias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol.2, tomo 1. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980.
- CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820-22*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1969.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.
- FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal*. Lisboa, Gradiva, 1984.

---

<sup>29</sup> CALMON, op cit., p. 59.

<sup>30</sup> LAMEGO, op cit., pp. 49-50.

**ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.**

**Mneme – Revista de Humanidades. UFRN.** Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo, Hucitec, 2003.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1923.

PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

INSTITUTO Histórico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº1, 1839.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, nº45, 1882.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*, v. III. Lisboa, Verbo, 1974.

SILVA, Wilton Carlos Lima. *As terras inventadas*. São Paulo, UNESP, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.